

N.F. Nº - 281392.0514/22-0
NOTIFICADO - ROSANE ALONSO GONZALEZ
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO - INFAZ ITD

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0079-06/23NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO A MENOR. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Descrição da infração trata da ocorrência de doação de créditos, sem recolhimento do imposto. Conquanto a situação fática trata da ocorrência de transmissão “CAUSA MORTIS” devido ao falecimento da sua genitora. Fato comprovado por documentos constantes nos autos e expressamente acatado pelo Notificante na Informação Fiscal. Nos termos do art. 155 do RPAF/BA, adentrou-se no mérito, concluindo-se que a cobrança era indevida. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 13/10/2022, exige do Notificado ITD no valor de R\$10.030,71, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 6.018,43 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 2.872,80, perfazendo um total de R\$ 18.921,94, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 041.001.001: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva, com anexos (fls. 18/31), alegando que o presente lançamento se refere à ocorrência de uma doação, conquanto trata-se de herança devido ao falecimento da sua genitora, Sra. Thereza Alonso Gonzalez. Aduzindo que, na Escritura Pública de Inventário e Partilha do Espólio (doc. 03, anexo), consta o registro de que a Notificada herdou o quinhão equivalente a R\$ 286.591,98, idêntico valor ao que está sendo cobrado.

Assevera que os bens decorrentes da herança foram lançados no Imposto de Renda, especificamente no item 14 – Transferências Patrimoniais – Doações e Heranças (doc. 04).

Finaliza a impugnação requerendo a improcedência do lançamento.

O Notificante presta Informação Fiscal (fl. 34) inicialmente reproduzindo de forma sintética o conteúdo do lançamento e da impugnação, para em seguida esclarecer que o lançamento contido

no IR da Notificada se refere a inventário e não herança e que o quinhão da Contribuinte foi de R\$286.591,98.

Finaliza a Informação Fiscal opinando pela improcedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificada ITD no valor de R\$ 10.030,71, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 6.018,43 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 2.872,80, perfazendo um total de R\$ 18.921,94 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Afirma o Notificante que o Contribuinte declarou doação de R\$286.591,98 no IR, ano calendário de 2017 e que foi intimado via Aviso de Recebimento - AR e Edital (fl. 01).

Pertinente registrar que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Em síntese, a Notificada alega que o presente lançamento se refere à ocorrência de uma doação, conquanto trata-se de herança devido ao falecimento da sua genitora, Sra. Thereza Alonso Gonzalez, conforme Escritura Pública de Inventário e Partilha do Espólio, anexa aos autos.

O Notificante presta Informação Fiscal esclarecendo que o lançamento contido no IR da Notificada se refere a inventário e não herança e que o quinhão da Contribuinte foi de R\$286.591,98.

Preliminarmente, cabe registrar que, no presente caso, tratou-se, de fato, da ocorrência de uma partilha de bens devido ao falecimento da genitora da Notificada. Conquanto a acusação fiscal trata da existência de **doação** de créditos, sem recolhimento de imposto (fl. 01).

Considero, portanto, que ficou constatada a dissonância entre a acusação fiscal e a situação fática, maculando de nulidade a exigência fiscal, nos termos do art. 18, inciso IV, alínea “a”.

Contudo, com base no estabelecido no parágrafo único do art. 155 do RPAF-BA/99, a seguir transcrito, não pronunciarei a nulidade do presente lançamento e ingressarei no mérito da lide.

“Art. 155. A decisão resolverá as questões suscitadas no processo e concluirá pela procedência ou improcedência, total ou parcial, do lançamento do crédito tributário ou do pedido do contribuinte, ou ainda quanto à nulidade total ou parcial do procedimento.”

Parágrafo único. Quando houver possibilidade de se decidir o mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”.

Compulsando as peças processuais, verifico, em particular, a existência de: 1) Cópia da DIRPF 2018/2017 da Notificada (fls. 21/23), na qual consta, especificamente no campo “Transferências Patrimoniais – Doações e Heranças”, o valor herdado referente ao espólio de THEREZA ALONSO GONZALEZ, CPF nº 072.627.015-68 (fl. 22-v), equivalente a R\$ 286.591,98; 2) Cópias de documentos concernentes a Escritura de Inventário e Partilha do Espólio de THEREZA ALONSO GONZALEZ, lavrada em 04/11/2017, no 12º Ofício de Notas Conceição Gaspar, situado na cidade de Salvador/Bahia, onde consta expressamente que a Notificada recebeu bens como herança na ordem de R\$ 286.591,98, bem como que o ITD respectivo foi recolhido em 11/08/2016 (fls. 26/31), e

3) Cópia das Informações Econômico-Fiscais extraídas do IR da Notificada, ano calendário 2017, na qual é declarado o recebimento do valor de R\$ 286.591,98.

Com base nos documentos supracitados, resta claro que o valor exigido no presente lançamento já foi recolhido, quando da realização do inventário e partilha de bens da genitora da Notificada.

Registro que o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

“CTN - LEI Nº 5.172/1966

(...)

*Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a **verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente**, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.*

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

(...)”(grifos nosso)

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 281392.0514/22-0, lavrada contra **ROSANE ALONSO GONZALEZ**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 11 de abril de 2023

VALTÉRCIO SERPA JUNIOR - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR